

# Sumário

Número de notícias: 16 | Número de veículos: 7

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA  
ECONOMIA

Lira sob fogo cruzado com PEC dos Precatórios ..... 3

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

Centrão deve compensar baixas no PDT e PSB para mudar teto ..... 5

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Sem opção, trabalhador "esquece" diploma e aceita qualquer oferta ..... 8

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Risco fiscal e crise política travam aberturas de capital ..... 10

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

O Brasil está na contramão do mundo - ANTONIO PENTEADO MENDONÇA ..... 13

O GLOBO - RJ - CAPA  
ECONOMIA

Reajuste nos transportes pressionará inflação em 2022 ..... 14

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
ECONOMIA

Aberturas de capital refletem ano turbulento para investidor ..... 15

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

Racionamento ainda é risco e pode tirar 1,9 ponto do PIB, diz LCA ..... 16

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
ECONOMIA

Precatórios comuns tendem a deixar de serem pagos ..... 17

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO  
ECONOMIA

Com leilão bem-sucedido, 5G favorece alta da produtividade (Editorial) ..... 18

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL  
ECONOMIA

Roma diz que falar de "recuperação em V" é "discurso simplório" ..... 19

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS  
ECONOMIA

Inflação pressiona resultados do trimestre ..... 20

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
ECONOMIA

Lucro dos maiores bancos privados soma R\$ 17,8 bi no tri ..... 21

O GLOBO - RJ - SAÚDE  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Espanha quer banir anúncios de comidas calóricas para crianças ..... 22

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Taxação a múltiplos pode gerar receita de até US\$ 2,7 bi por ano ao Brasil ..... 23

---

Segunda-Feira, 8 de Novembro de 2021

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Para entender um pouco sobre os paraísos fiscais (Artigo)..... 24

# Lira sob fogo cruzado com PEC dos Precatórios



Arthur Lira, principal aliado de Jair Bolsonaro, quer aprovar amanhã, em segundo turno, a proposta que garantirá benefício de R\$ 400

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), começa a semana sob fogo cruzado dentro e fora do Legislativo, com fortes pressões da oposição na Casa, do Palácio do Planalto e, principalmente, do Supremo Tribunal Federal. Isso porque ele pretende aprovar amanhã, em segundo turno, no plenário a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 23/21, conhecida como PEC dos Precatórios. A proposta parcela o pagamento das dívidas judiciais da União com estados e prefeituras e altera o teto de gastos para R\$ 91,6 bilhões, principal aposta do governo para garantir o pagamento de R\$ 400 no Auxílio Brasil. O programa social substitui o Bolsa-Família, prometido pelo presidente Jair Bolsonaro, e deve ser sua principal bandeira para a tentar a reeleição em 2022.

Antes de tentar a votação na terça-feira, entretanto, Arthur Lira terá que responder à ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal, que deu prazo de 24 horas, na sexta-feira, para a Câmara explicar como foram as negociações para aprovação da PEC. A magistrada é relatora da ação apresentada por um grupo de deputados que acusam Lira de fazer manobras inconstitucionais para garantir votos para a PEC, como mudança no rito de votação, que permite votos online, e liberação extra do chamado "orçamento secreto" para emendas parlamentares. Como Lira só vai receber hoje a intimação de Rosa Weber, ele tem até amanhã para responder.

Além disso, amanhã, o plenário do STF vai julgar a decisão liminar de Rosa Weber, atendendo a uma ação do Psol, que determina que nenhum recurso indicado por parlamentares por meio de emendas

parlamentares seja liberado até que o plenário da Corte se manifeste sobre o tema. Segundo o Psol, Lira teria prometido até R\$ 15 milhões em emendas para que parlamentares votassem a favor da chamada PEC dos Precatórios. Rosa Weber determinou ainda que seja dada ampla publicidade às indicações feitas pelos parlamentares com esse tipo de emenda. A decisão leva em conta as denúncias de total ausência de informações sobre os deputados e senadores que solicitam repasses. Amanhã, o plenário do STF vai analisar a decisão de liminar de Rosa Weber, se mantém ou acata.

## FOME COMO JUSTIFICATIVA

Diante das pressões, Lira reage às críticas e busca minimizar o furo no teto de gastos, alegando que há problemas maiores no Brasil, como a fome. "É muito fácil cobrar o teto de gastos, sempre o defendi em todos os momentos. Mas nós melhoramos a situação sanitária, e os rebotes da pandemia estão aí. **Inflação** nos alimentos, nos combustíveis, falta de matérias-primas. Estamos com um problema econômico sério para ser resolvido, mas o pior deles ainda é a fome. Há 20 milhões de famílias brasileiras literalmente passando fome", disse ele em entrevista na sexta-feira. "Um pai de família que não tem emprego e sua família passa fome, vai ao desespero, o que leva ao colapso social", completou.

Ao justificar a defesa da proposta, Lira disse ainda: "Esse assunto não merece ser politizado. É importante que a gente mantenha os ânimos calmos, serenos, que possamos fazer sim mais uma vez um debate tranquilo, com cada partido mantendo suas posições claras. A Câmara trabalha sempre para encontrar saídas prioritárias para os problemas dos brasileiros." Ele, inclusive, trabalha para ampliar a margem dos votos. A PEC já foi aprovada em primeiro turno com 312 votos, apenas quatro além do mínimo necessário.

Lira argumenta que a PEC é apenas uma solução temporária para garantir recursos ao Auxílio Brasil. Sem a aprovação da proposta, as despesas com precatórios subirão de R\$ 55 bilhões, neste ano, para quase 90 bilhões no ano que vem. Com a PEC, haverá limite de R\$ 44 bilhões para precatórios no ano que vem. "O problema do Brasil não é financeiro. A arrecadação vai crescer neste ano mais do que o previsto. Estamos na discussão aqui de R\$ 40 bilhões,

quando no ano passado gastamos R\$ 700 bilhões fora do teto", afirmou Lira.

O deputado também alega que a PEC dos Precatórios se tornou tão necessária porque o Senado não votou o projeto de reforma do Imposto de Renda (PL 2337/21), que foi aprovado pela Câmara no início de setembro e poderia fornecer fontes permanentes de arrecadação para financiar o programa social. "Estamos falando de 20 milhões passando fome contra 20 mil brasileiros super-ricos que recebem dividendos sem pagar R\$ 1 de imposto. A Câmara estabeleceu uma alíquota de 15% sobre os dividendos, reduzindo o imposto das empresas para fomentar o emprego e crescimento. Só esse dividendo teria fonte para criação de um programa permanente de R\$ 300 mensais dentro do teto", afirmou ele.

**Site:** <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

# Centrão deve compensar baixas no PDT e PSB para mudar teto

**Thiago Resende**

O governo avalia que perderá votos de partidos de oposição na próxima etapa de votação da PEC (proposta de emenda à Constituição) dos Precatórios, que permite a expansão de gastos públicos e viabiliza a ampliação do Auxílio Brasil para R\$ 400 mensais prometida pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido) em ano eleitoral.

O texto-base do projeto foi aprovado, em primeiro turno, na madrugada de quinta-feira (3) pela Câmara com o placar apertado. Foram 312 votos a favor da proposta, 144 contrários e 57 deputados não votaram. São necessários 308 votos para que a PEC receba o aval da Casa, numa votação em dois turnos.

O apoio de deputados dissidentes da oposição, principalmente do PDT e PSB, foi crucial para a vitória de margem estreita para o Palácio do Planalto. O PDT deu 15 votos a favor da PEC, e o PSB, 10.

Isso provocou um racha no PDT, desencadeando o anúncio de que Ciro Gomes decidiu suspender temporariamente a pré-candidatura à corrida presidencial de 2022. No PSB, que costura aliança com o PT para as eleições do próximo ano, as traições tentam ser revertidas.

Integrantes do Palácio do Planalto e aliados do governo na Câmara, portanto, já trabalham com o cenário de que a pressão de partidos da oposição irá reduzir os votos nessas bancadas nas próximas votações da PEC -ainda falta concluir o primeiro turno e, depois, analisar a proposta em segundo turno no plenário da Casa.

No entanto, articuladores de Bolsonaro esperam um aumento de votos nos partidos de centro e centro-direita.

Entre os deputados que não votaram no primeiro turno, o governo calcula que há potenciais votos no DEM, MDB, PSDB, PP, PSL e Republicanos.

Cerca de 30 deputados dessas siglas não se posicionaram na semana passada. A avaliação de aliados do Planalto é que cerca de 20 votariam com o governo se estivessem no plenário.

Isso, então, deve compensar a perda de apoio em partidos de oposição. Governistas não acreditam que a pressão da cúpula do PDT e do PSB irá ter efeito na maioria dos 25 votos dessas siglas.

As próximas votações da PEC na Câmara estão previstas para começarem nesta terça (9). Mas o governo vai avaliar o quórum na sessão antes de colocar a proposta em análise. O objetivo é evitar risco de derrota diante da margem apertada de apoio ao texto.

Além disso, será preciso calcular o impacto da decisão da ministra Rosa Weber, do STF (Supremo Tribunal Federal), que determinou a suspensão de emendas parlamentares (emendas de relator) usadas em negociações políticas entre o Palácio do Planalto e o Congresso.

Essas emendas são instrumentos para que deputados e senadores enviem recursos do Orçamento federal para projetos em suas bases eleitorais.

Atualmente, a principal moeda de troca é conhecida como emenda de relator. O dinheiro disponível neste ano é de R\$ 16,8 bilhões. Cerca de R\$ 1 bilhão foi liberado às vésperas da votação do texto-base, em primeiro turno, no plenário da Câmara.

A decisão liminar de Weber começará a ser julgada pelo plenário do STF nesta terça. Por isso, parte da base aliada do governo prefere adiar as próximas votações da PEC, previstas para essa semana. Ainda não há decisão sobre a postergação.

O governo tem pressa em aprovar a proposta na Câmara e, logo depois, no Senado, onde também precisa passar por dois turnos. Bolsonaro determinou, em outubro, o aumento do Auxílio Brasil para R\$ 400, deflagrando uma crise entre as alas política e econômica do governo.

A solução para atender à demanda do presidente foi driblar o teto de gastos, propondo alteração no cálculo da regra fiscal na PEC dos Precatórios. Essa PEC, que já estava na Câmara, prevê um limite para pagamento de precatórios (dívidas da União reconhecidas pela Justiça), o que libera mais espaço no Orçamento.

As duas mudanças previstas na PEC -envolvendo o teto de gastos e os precatórios- têm potencial de abrir uma folga superior a R\$ 90 bilhões no próximo ano, garantindo recursos para Auxílio Brasil, auxílio para caminhoneiros e compensar o aumento de despesas vinculadas à alta da **inflação**.

Fonte: Consultoria de Orçamento da Câmara

Site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

O aumento de gastos na área social é uma aposta de Bolsonaro e aliados dele para tentar fortalecer o presidente na disputa à reeleição de 2022.

A votação do texto-base em primeiro turno da PEC, porém, é questionada por adversários de Bolsonaro.

Partidos de oposição e o ex-presidente da Câmara Rodrigo Maia (sem partido-RJ) já entraram com pedidos no STF para que seja suspensa a tramitação do texto.

O principal argumento é que o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), adotou medidas irregulares na sessão da semana passada.

Aliado do governo, Lira flexibilizou algumas regras e editou um ato para permitir que deputados que estão em viagem autorizada pela Câmara possam votar remotamente.

Isso beneficia o plano patrocinado por Bolsonaro.

Em outro revés do governo no STF, a ministra Rosa Weber, relatora do processo sobre a votação da PEC dos Precatórios, estabeleceu prazo de 24 horas para a Câmara dar informações sobre a aprovação do texto. Há também questionamentos sobre mudanças feitas de última hora no texto que foi aprovado. A alteração prevê que os precatórios ligados à área da educação sejam parcelados em três anos.

No entanto, a estratégia costurada por Lira foi chamada de manobra pela oposição e deputados contrários à proposta, como o partido Novo.

Críticos do acordo argumentam que a mudança no texto da PEC só poderia ser feita se houvesse alguma emenda (sugestão apresentada por parlamentares) com o mesmo teor. De acordo com esse grupo, não havia como fazer a alteração de última hora.

Para a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), a PEC representa um calote. Numa nota técnica, a entidade apontou inconstitucionalidades da proposta. O documento indica, por exemplo, que a PEC ofende o princípio de separação dos Poderes-precatórios são emitidos pelo Judiciário.

Texto foi aprovado em primeiro turno da Câmara



Texto foi aprovado em primeiro turno da Câmara

## 1 Mudança no indexador do teto de gastos

### O que é o teto

Regra constitucional aprovada em 2016 que limita o aumento da maior parte das despesas federais à inflação do ano anterior

#### Como é hoje

O teto é corrigido pela inflação medida pelo IPCA em 12 meses até junho do ano anterior



#### Com fica

O valor é recalculado, retroativamente, com base no IPCA de janeiro a dezembro; na prática, isso amplia o teto



## 2 Teto para pagamento de precatórios

### O que é precatório

Dívidas da União já reconhecidas pela Justiça e sem possibilidade de recurso

#### Como é hoje

Precatórios inscritos no Orçamento são pagos



Não há limite para o pagamento de precatórios. Todas dívidas previstas no Orçamento são pagas

#### Como fica

É criado um valor máximo a ser quitado no ano\*



Os precatórios que ficarem fora desse limite deverão ser pagos em outros anos

### Prioridade no pagamento

precatórios de pequenos valores, como de aposentados, e os do Fundef (fundo de educação) terão preferência para serem quitados no ano em que forem emitidos

No caso do Fundef, a dívida será parcelada em três anos

40%	30%	30%
1º ano/1ª parcela	2º ano/2ª parcela	3º ano/3ª parcela

\*Cálculo usa como base o montante pago em sentenças judiciais em 2016 e corrige esse número pela inflação; Fonte: Consultoria de Orçamento da Câmara

# Sem opção, trabalhador "esquece" diploma e aceita qualquer oferta



**MÁRCIA DE CHIARA**

Em 2015, a estudante Natália de Cássia Pereira Lopes, na época com 18 anos, começou a cursar a faculdade de Relações Internacionais.

Seu sonho era ter um emprego com carteira assinada.

Quatro anos depois, concluiu o curso e veio a frustração.

"Fiquei dois anos (2019 e 2020) completamente desempregada e, com a pandemia, a situação piorou", conta ela.

Em meados deste ano, Natália, que fala inglês e tem conhecimentos de espanhol, começou a trabalhar numa área totalmente diferente da qual se formou: virou editora de vídeos.

Mas é um trabalho por conta própria, sem carteira assinada e que garante R\$ 1 mil por mês. Segundo ela, é muito pouco para cobrir as despesas próprias e ajudar a mãe nos gastos da casa. "Topei porque preciso de alguma coisa." Se estivesse na área, acredita que ganharia R\$ 2,5 mil, no mínimo.

A história de Natália está longe de ser única. Economista da LCA Consultores, Bruno Imaizumi afirma que, num cenário de crise, com **inflação** em alta, normalmente o trabalhador fica mais flexível para se reinserir no mercado. Desse modo, ele aceita ganhar menos do que recebia anteriormente ou do que

deveria ser remunerado, de acordo com a sua categoria profissional.

Isso aumenta a precarização do trabalho, especialmente na condição de quem o exerce por conta própria. "A qualidade do emprego em geral vem piorando: estamos tendo uma recuperação da quantidade de postos, mas, quando olhamos para a qualidade, há diversos indícios de piora e o avanço do trabalho por conta própria é um deles", observa.

Fernanda Dias, de 37 anos, que vive em Porto Alegre (RS), tem uma história semelhante à de Natália. Quando se formou, em 2015, queria seguir carreira em administração de empresas. Cinco anos com inúmeras negativas de emprego e a pandemia a levaram a trabalhar por conta própria, confeccionando máscaras.

Com essa ocupação, afirma ela, consegue tirar cerca de R\$ 1 mil por mês. O rendimento, no entanto, equivale a menos da metade da média salarial estabelecida pelo Conselho Federal de Administração para profissionais recém-formados na área.

PERFIL. Além do número crescente de pessoas com curso superior e também dos que recebem até um salário mínimo entre os que trabalham por conta própria, outra mudança de perfil captada pelo estudo da consultoria IDados, com base na Pnad Continua do IBGE, foi o aumento da fatia de trabalhadores brancos. Eles representavam 40,2% dos trabalhadores por conta própria no segundo trimestre de 2019, e essa fatia subiu para 42,6% no mesmo período deste ano.

Ana Tereza Pires, pesquisadora da consultoria, diz que esse é um indicador que está relacionado com a qualidade do emprego. "Geralmente, os brancos ocupam os postos com maior estabilidade", observa.

Com o aumento do desemprego, parte se tornou trabalhador por conta própria.

Na opinião de Ana Tereza, ainda é cedo para afirmar que a precarização do trabalho é uma tendência. Já Imaizumi acredita que ela veio para ficar.

Para resolver esse problema, que na sua avaliação é estrutural, seria preciso melhorar a qualificação da mão de obra e criar condições para que a economia volte a crescer e gerar oportunidades de trabalho,



especialmente para os mais jovens e recém-formados.

#### Cenário

Conceito O trabalhador "por conta própria" é um informal que obtém remuneração a partir dos bens ou serviços que ele mesmo produz

#### Precarização

A pesquisa feita pela consultoria

Dados mostra que uma parte dos que já trabalhavam por conta própria e continuaram nessa condição passaram a ganhar menos, isto é, até um salário mínimo por mês

Pnad Os números da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, do IBGE, indica que a taxa de desemprego era de 13,2% no trimestre encerrado em agosto. O País ainda tem 13,7 milhões à espera de uma vaga

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Risco fiscal e crise política travam aberturas de capital

**JENNE ANDRADE**

A Bolsa brasileira bateu o recorde de novos IPOs (ofertas públicas iniciais, na sigla em inglês) nos sete primeiros meses do ano. De acordo com a Economática Brasil, 41 empresas abriram capital na B3 no período, 12 delas somente em julho. O número foi quase sete vezes maior do que a mediana observada nos últimos cinco anos, de apenas seis novas companhias em cada exercício.

O fluxo positivo, entretanto, foi severamente freado depois disso. Em agosto, apenas quatro empresas seguiram os planos e se lançaram à Bolsa: Raizen (RAIZ4), Viveo (VVEO3), Oncoclínicas do Brasil (ONCO3) e Kora (KRSA3). De lá para cá, o otimismo deu lugar a uma série de desistências. No mês de setembro, a Vittia Fertilizantes (VITT3) foi a única estreante. Já em outubro, não foi registrada nenhuma oferta.

Até a última sexta-feira, dia 5, a B3 contava com 45 IPOs no ano, ante 55 operações interrompidas por desistência (dados da CVM).

Há correlação entre o número de ofertas iniciais e a trajetória do Ibovespa. Entre janeiro e junho, o índice subiu 7%, chegando na máxima de 131,1 mil pontos.

Com a deterioração das expectativas para a economia, o Ibovespa inverteu o sinal e caiu 17% nos últimos quatro meses, acelerando as perdas a partir de setembro.

Atualmente, o índice está no patamar de 104, 8 mil pontos.

O principal impulsionador para a reviravolta foi o cenário doméstico.

"Estamos com um mau humor muito grande no mercado por conta das sinalizações de Brasília, dessa sensação de que Paulo Guedes (ministro da Economia) não se entende com a área social do governo. Isso trouxe números muito ruins", afirma Mario Goulart, analista da O2Research.

Consolidados nas manifestações do dia 7 de Setembro, os conflitos entre o presidente Jair Bolsonaro e o STF chacoalharam a Bolsa. No dia

seguinte, o Ibovespa derreteu 3,78%. A desaceleração da China e a escalada da **inflação** no Brasil também pesaram nas projeções. Contudo, foi a possibilidade do furo no teto de gastos que jogou o mercado no escuro.

O "Posto Ipiranga" de Jair Bolsonaro chegou a pedir "licença" para ultrapassar o limite fiscal e, assim, viabilizar o novo Auxílio Brasil - substituto do Bolsa Família. Em sinal de desacordo ao driblar na regra dos gastos, integrantes da equipe econômica deixaram seus cargos, como Bruno Funchal, secretário do Tesouro e Orçamento, e Jeferson Bittencourt, secretário do Tesouro Nacional.

Agora, os investidores acompanham a votação em segundo turno da PEC dos precatórios, que muda a regra de cálculo do teto e adia o pagamento das dívidas judiciais do governo - manobra que poderá abrir um espaço fiscal de mais de R\$ 90 bilhões para instituir o novo benefício social. "É mais que natural que diminua o apetite dos investidores", diz Roberto Attuch, CEO da OHM Research.

**AVERSÃO A RISCO.** Para 2022, já existem instituições financeiras considerando a possibilidade de uma recessão. Com essas informações à mão, a aversão ao risco aumenta e o preço que o mercado aceita pagar pelas aspirantes à Bolsa diminui.

"Se vai fazer IPO para pegar pouco dinheiro, a companhia acaba desistindo", explica Goulart. "Eu soube de players que desistiram assim que receberam a previsão do preço da ação." Mesmo as empresas que foram à Bolsa nos momentos de alta do mercado estão com dificuldades.

Cerca de 74% dos IPOs concluídos em 2021, segundo a Economática, estão com retorno negativo no ano.

As piores performances em termos de rentabilidade ficaram com a Westwing, Mobly e Dotz, que acumularam, respectivamente, quedas de 72,3%, 70,6% e 68,5% no ano.

Para Goulart, essa performance aquém do esperado também incentiva as empresas a desistirem do processo de IPO, pelo menos enquanto o cenário continuar nebuloso. Já Nicolás Merola, analista da Inversa Publicações, afirma que esse panorama

reforça a tese de "máxima cautela" antes de entrar em qualquer oferta, principalmente quando se trata de investidores pessoas físicas.

Quando uma oferta acontece, a assimetria de informações sobre as companhias é muito grande. Enquanto os fundadores possuem todos os dados disponíveis, os demais participantes têm acesso a um número bem limitado de indicadores.

Essa situação se agrava quando a empresa em questão não é comparável com outras em Bolsa, ou seja, é a primeira do segmento a ser listada ou possui um negócio disruptivo.

Os especialistas acreditam que 2022, ano de eleições, será ainda mais fraco em relação a IPOs. A maior parte das listagens deve ser feita na segunda metade de 2022, quando o ambiente político estiver melhor definido e o mercado conseguir enxergar melhor o futuro.

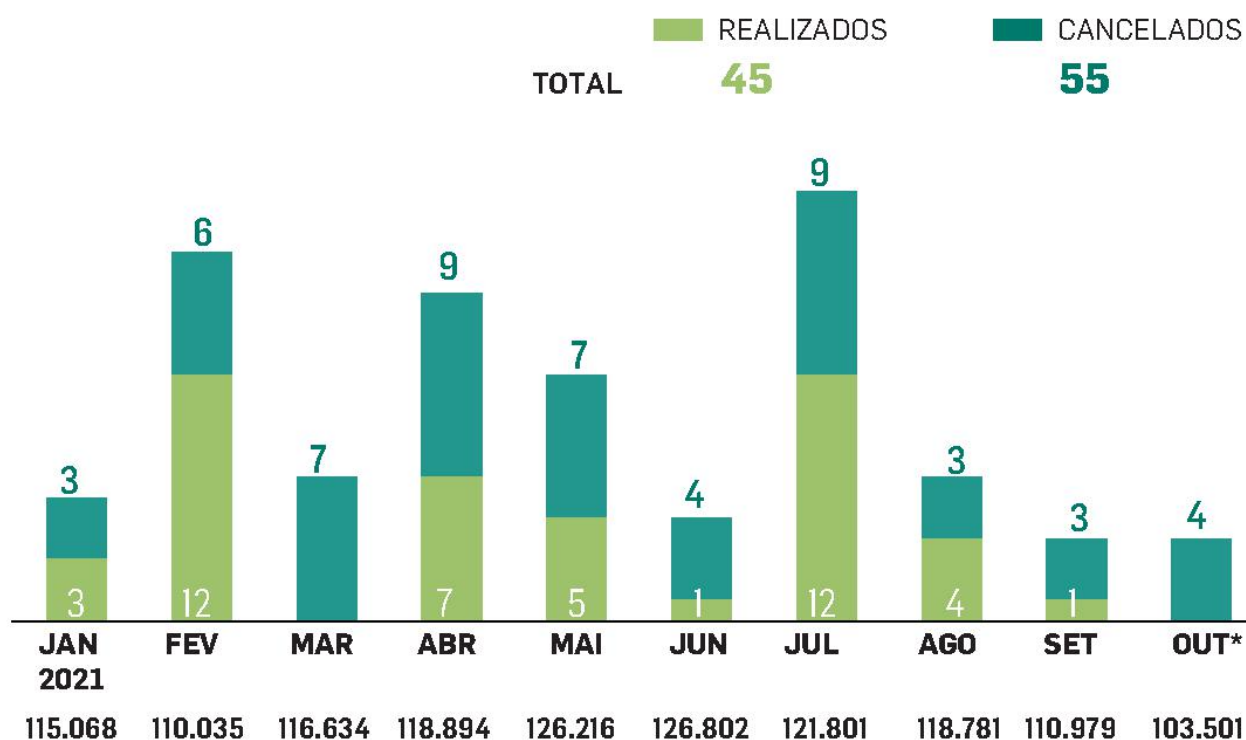
Nas eleições de 2018 e 2014, o número de IPOs na Bolsa diminuiu em média quase 80% em relação aos anos imediatamente anteriores (2017 e 2013). "As próprias empresas costumam evitar esses momentos para listar suas ações, com medo tanto da volatilidade de curto prazo quanto do valuation que será aceito pelo mercado", afirma Merola.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

## O EFEITO DA INSTABILIDADE NA BOLSA

Número de ofertas públicas iniciais canceladas por desistência supera o número de IPOs realizados

### Números de IPOs



**Fechamento do Ibovespa**  
EM PONTOS, ÚLTIMO PREGÃO DE CADA MÊS

\*ATÉ DIA 5

FONTES: B3 E CVM / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

# O Brasil está na contramão do mundo - ANTONIO PENTEADO MENDONÇA

## ANTONIO PENTEADO MENDONÇA

O mundo atingiu a marca de 5 milhões de mortos por covid-19. O país com mais óbitos é os Estados Unidos, com mais de 700 mil, seguido de perto pelo Brasil, com mais de 600 mil.

Este é o dado apavorante, o Brasil tem mais de 10% do total de óbitos por covid-19, mas não tem 4% da população mundial. É a prova do enorme equívoco cometido pelas autoridades federais durante boa parte da pandemia, pelo menos até o primeiro trimestre de 2021, quando a vacinação começou de fato a acontecer em números razoavelmente satisfatórios, levando, dez meses depois, a índices de imunização acima de 70% da população para os que tomaram a primeira dose, e de 50% para os totalmente imunizados, o que nos deixa, hoje, bem na comparação com o mundo.

Seiscentos mil mortos é inaceitável, e a conta ainda não está fechada. Apesar disso, o drama social já está gravado no nosso cotidiano, mostrando claramente o estrago que políticas públicas de saúde sem qualquer base científica podem fazer numa sociedade.

E esse é apenas um dos lados da moeda. Os outros - porque nossa moeda tem mais lados - também são dramáticos.

Começam na situação de vulnerabilidade para a fome, prosseguem no desemprego altíssimo, avançam na **inflação** que não para de subir e se consolidam no câmbio cada vez mais desvalorizado do real frente ao dólar.

Os indicadores brasileiros estão na contramão do mundo.

Enquanto a maioria dos países, apesar das dificuldades ainda enfrentadas, apresenta um cenário positivo, com as economias se recuperando consistentemente, o Brasil segue no rumo de um crescimento pífilo em 2021 e uma provável recessão em 2022.

A pandemia ainda não acabou, e vários países estão experimentado novos picos de covid-19, mas, perto do que foi, as nações mais importantes já respiram aliviadas e retomam ou mesmo ultrapassam os

patamares de crescimento de 2019. A consequência é a reabertura das fronteiras e a volta do turismo para as pessoas já completamente vacinadas.

Como a situação brasileira é mais complexa - a **inflação** não dá mostras de desaceleração, o dólar segue nas alturas, as atividades econômicas estão apresentando indicadores preocupantes e a pandemia com certeza não foi embora -, não é possível se imaginar um cenário amigável para os negócios em 2022.

E isso vale também para o setor de seguros.

A atividade seguradora funciona em ondas. Conhecidas por "mercado soft" e "mercado hard", elas se alternam ciclicamente e barateiam e encarecem as apólices.

Estamos entrando num momento "hard", e isso complica o quadro. O preço dos seguros, em função da pandemia, das mudanças climáticas, do preço do resseguro e do reajuste das taxas em função da sinistralidade, deve subir de maneira geral, afetando todas as carteiras.

Como a crise e o empobrecimento da nação já estão impactando negativamente a economia, o setor de seguros não deve esperar um ano muito bom em 2022.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>



# Reajuste nos transportes pressionará inflação em 2022

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Aberturas de capital refletem ano turbulento para investidor

**NATHÁLIA LARGHI** *economia@oglobo.com.br*

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Racionamento ainda é risco e pode tirar 1,9 ponto do PIB, diz LCA

**Ana Conceição**

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187056?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187056?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187056?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187056?page=1&section=1)

# Precatórios comuns tendem a deixar de serem pagos

*Raphael Di Cunto e Fabio Graner*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187056?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187056?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187056?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187056?page=1&section=1)

# Com leilão bem-sucedido, 5G favorece alta da produtividade (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187056?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187056?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187056?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187056?page=1&section=1)



# Roma diz que falar de "recuperação em V" é "discurso simplório"

*Andréa Jubé e Fernando Exman*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187056?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187056?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187056?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187056?page=1&section=1)

# Inflação pressiona resultados do trimestre

**Ana Luiza de Carvalho e Felipe Laurence**

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187056?page=4&section=4](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187056?page=4&section=4)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187056?page=4&section=4](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187056?page=4&section=4)

# Lucro dos maiores bancos privados soma R\$ 17,8 bi no tri

*Álvaro Campos e Ricardo Bomfim De São Paulo*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187056?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187056?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187056?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187056?page=1&section=1)

# Espanha quer banir anúncios de comidas calóricas para crianças

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Taxação a múltís pode gerar receita de até US\$ 2,7 bi por ano ao Brasil

**Fabio Graner**

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187056?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187056?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187056?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187056?page=1&section=1)



# Para entender um pouco sobre os paraísos fiscais (Artigo)

*Fabiana Rocha e Pedro Forquesato*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187056?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187056?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187056?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187056?page=1&section=1)